

A CORAGEM DO ALARGAMENTO DE 2004: UM DESAFIO RECOMPENSADOR DEZ ANOS REINVENTANDO UMA AVENTURA EUROPEIA

Estevão C. de Rezende Martins

O alargamento da União Europeia em 1º de maio de 2004 foi uma oportunidade histórica e, simultaneamente, um enorme desafio político. A inclusão de mais dez países da Europa Central e do Leste Europeu representou uma importante contribuição para a superação da demasiado duradoura divisão da Europa. No primeiro dia de maio de 2004, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Hungria e Chipre (após o fracasso do referendo, apenas a parte grega do país) foram admitidos como membros titulares. Com a inclusão da Romênia e Bulgária em 1º de janeiro de 2007, a UE se expandiu passando a ter 27 membros. Em 1º de julho de 2013, a Croácia tornou-se o 28º membro da União Europeia. Hoje, a UE possui mais de 500 milhões de cidadãos. Seu objetivo é promover uma unidade abrangente dentro de uma diversidade extraordinária, embora a diversidade aparentemente demonstre ter mais peso que o valor da unidade.

Contudo, o ano de 2014 traz uma oportunidade especial para registrar-se o esforço constante da jornada europeia rumo a uma unidade ainda maior, não apenas os dez anos da grande expansão. Em 2014, diversas efemérides celebram a história recente da Europa e convidam e levam à introspecção política e à exploração de novos caminhos futuros: 200 anos do Congresso de Viena, 100 anos desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, 70 anos desde a invasão da Normandia, entre outras. Com base em sua relevância política e social, o bicentenário do Congresso de Viena e o início da Primeira Guerra Mundial merecem menção especial. Tais feridas marcaram profundamente as gerações que, desde então, tornaram-se atores-chave, sobrevivendo aos inúmeros levantes na Europa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e transformando em realidade, tanto quanto possível, o velho sonho de uma Europa integrada.

Por que a ampliação de 2004 foi corajosa? Porque ao admitir dez países ao mesmo tempo e depois mais dois em um segundo momento, a União Europeia deu um passo adiante corajoso e arriscado. As expectativas quanto aos benefícios da expansão política e econômica, sob os riscos de contrastes impressionantes nos desequilíbrios sociais e nas assimetrias socioeconômicas em países com cicatrizes similares, como os 6-UE “originais” com um duplo grau de incidência (o período do Nazismo, 1939-1945, e o período Soviético, 1945-1990), colocaram a União em uma situação política e institucional complicada. Muitos consideraram que a União não estava totalmente “adulta” para dar este passo. É essa coragem, porém, que faz com que o desafio valha à pena. Quanto mais complexo for o objetivo, mais fácil será o percurso.¹

E mais: aprofundar o modelo político de democracia, expandir a economia de mercado social e consolidar liberdades e direitos, excluindo antigas ideologias distorcidas dos compromissos de adesão e suas implementações, contribuíram para abrir o caminho. Houve, no entanto, um preço adicional: a inserção no bloco ocidental representou uma escolha com consequências para as relações com a Rússia e os demais países do antigo sistema soviético que ainda teriam que ser equacionadas. Muitas outras questões foram administradas, como, por exemplo, a dependência energética e comercial multilateral.

VALEU A PENA? POR QUE VALE A PENA?

Certamente, o desafio da modernização política, alcançada pela UE-28, valeu a pena (institucionalização democrática, liberdades e direitos), bem como os desafios da modernização econômica (antes e depois da adesão), da administração de movimentos nacionalistas, da compensação dos déficits de solidariedade e subsidiariedade – gradualmente, porém certamente, do combate ao oportunismo econômico, da negligência (quando a luta política se agrava internamente). De fato, a embarcação precisa ser reformada durante a navegação. Algumas promessas não foram mantidas em sua totalidade, como a Convenção de 2003 e seu “projeto de tratado constitucional” de 2005 e as frustrações relacionadas aos referendos nos Países Baixos e na França, que de-

1 Ver Martins, Estevão C. de Rezende. União Europeia: política externa entre ambição e ficção. In: Antonio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira (eds.). *Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 215-236.

monstraram o quanto a autorreferência interna afeta o projeto e a coesão europeia e internacional.

Mas o esforço é gratificante. O amadurecimento político é evidente: a unidade é uma força eficaz, apesar da nostalgia e da melancolia, e é possível preservar o crescimento econômico por meio de solidariedade, tanto durante a calmaria quanto na tempestade (como ocorrido em 2008). As possibilidades para o futuro, na forma de perspectivas de longo prazo não desapareceram. Ao contrário: mudanças de mentalidade, resolução de disputas e atritos, a aceitação das diferenças junto com a estabilização de elementos comuns geram progressos: as diferenças são um patrimônio cultural, e não uma ameaça, fator de risco ou forma de ruptura. Assim, a ampliação tem levado à construção de um sistema de valores, não a uma hierarquia de hegemonias. As diferenças e assimetrias de fato exigem, porém, uma grande quantidade de realismo: o Clube UE-28 não é, obviamente, uma realidade uniforme em todos os aspectos.

COMO SE CHEGOU A ESTE PONTO?

Houve um momento que marcou a queda da Cortina de Ferro, finalmente.² Houve discursos e festas de celebração em vários pontos de fronteira em que foi possível ver fogos de artifícios, como por exemplo em Zittau, no triângulo de fronteira entre Alemanha, República Tcheca e Polônia.

O então primeiro ministro alemão, Helmut Kohl, falou de um “momento feliz”. Ao contrário da opinião articulada frequentemente, o balanço geral positivo da ampliação da UE pode ser visto hoje. Do lado positivo estão as taxas de crescimento comparativamente altas dos países que aderiram e, de modo mais geral, um aumento da estabilidade política. A invasão da força de trabalho barata advinda do Leste Europeu, temida pelo Ocidente dez anos atrás, não se materializou.

O “big bang”, o alargamento da UE de forma ampla, foi controverso na época. Apesar dos sucessos e do desenvolvimento dinâmico, desde o início da década de 2010 há sinais crescentes de uma crise. As razões são, primeiramente, os problemas de ordem estrutural da União Europeia. E, em segundo lugar, devem-se a mudanças nas condições políticas globais e europeias.

² Ver Martins, Estevão C. de Rezende. The Wall Came Down! Hope Returned! *Panorama. Insights into Southeast Asian and European Affairs*, v. 1, p. 131-136, 2009.

ASPECTOS NEGATIVOS DA INTEGRAÇÃO GRADUAL

A integração europeia é quase sinônimo total de integração econômica europeia. A Europa integrada é principalmente uma unidade econômica e um novo sistema de divisão de trabalho funcional que atravessa fronteiras, com fronteiras abertas internamente e unidade relativa diante dos mercados mundiais. A prosperidade e o crescimento econômico substituíram, pelo menos a partir de meados da década de 1980, os objetivos de paz da fase da fundação como os princípios centrais norteadores do projeto europeu. Esse método de integração se deu comprovadamente de modo global no campo da economia e dos sistemas funcionais relacionados a negócios, como por exemplo a proteção ambiental, o emprego, a proteção do consumidor, pesquisa e tecnologia, e levou à expansão contínua das forças da União Europeia em certas áreas políticas.

A CONSTITUIÇÃO FRACASSADA

Até mesmo o projeto fracassado de uma nova fundação da União tendo como base uma Constituição Europeia faz parte do desenvolvimento crítico da integração europeia nos últimos tempos. Com a Constituição da UE, a capacidade jurídica do sistema se fortaleceu e o fosso entre os cidadãos deve ser transposto; os governos prometeram, em especial, superar a ausência de legitimidade do sistema político supranacional como um todo. Após muitos anos de discussões na Convenção Constitucional da UE, o projeto fracassou, não apenas devido a dois referendos negativos na França e nos Países Baixos (ambos em 2005), mas, em última instância, porque não conseguiu corresponder às expectativas a ele atribuídas. Reformas institucionais centrais, incluindo a criação do cargo de Presidente do Conselho com mais anos na função, bem como o de um “Ministro de Relações Exteriores da UE”, foram incluídas no Tratado de Lisboa. Mas para o restabelecimento da União Europeia baseada em um tratado constitucional, isso não ocorreu. A natureza híbrida da União como um regime de trocas de interesses intergovernamentais e um sistema jurídico supranacional permaneceu inalterada.

A União Europeia deveria admitir novos membros nos próximos anos? Os Estados Membros da UE atuais estão divididos quanto a esta questão. No Parlamento Europeu percebe-se a veemente opinião de que não será possível haver novos ciclos de ampliação sem um novo tratado da UE.

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO É HESITANTE

Após várias décadas de desenvolvimento lento e estagnação na metade da década de 1980, a integração europeia experimentou uma fase extremamente dinâmica que durou aproximadamente duas décadas, caracterizada por um progresso substancial rumo à integração. Nesta fase, da constituição do mercado interno, da expansão das capacidades e reformas institucionais dentro do âmbito do Tratado de Maastricht e da preparação e implementação do quinto ciclo de ampliação, a expansão da UE fracassa, após a queda do comunismo na Europa Central e no Leste Europeu. Desde o início do século 21, porém, houve crescente sinalização para uma crise mais profunda. Suas causas recaem parcialmente em problemas estruturais da União Europeia e, parcialmente, sobre a Europa essencialmente transformada e as condições políticas mundiais após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria.

Movimentos políticos populistas, contudo, não são puramente um fenômeno do Leste Europeu: receios quanto à globalização e movimentos tendendo para a direita do espectro político emergem na França, Bélgica, Itália, Dinamarca e Suécia. As mensagens nacionalistas no debate da UE, percebidas nos resultados das últimas eleições do Parlamento Europeu, não devem ser superestimadas ou, ao contrário, subestimadas.

Os receios de 2004 quanto à expansão podem ter sido infundados – mas a ampliação da UE deixou muita gente relutante na “velha” UE.

A AUSÊNCIA DE UMA VISÃO PARA O FUTURO

Apesar do sucesso por etapas, a integração também apresenta um aspecto negativo problemático: a forma final de integração – sua “finalização” – permanece extremamente vaga, seja como uma forma constitucional, seja em termos de expansão geográfica. Ao mesmo tempo, uma visão de futuro incerta é adequada, idealmente, aos projetos de integração em certas áreas restritas, e avança como marcos rumo à forma final e como justificativa. Este modo de integração (funcional), portanto, revela-se como uma “integração disfarçada” com consequências paradoxais: o progresso na integração em certas áreas políticas é considerado como consequência secundária às decisões políticas que se seguem como um objetivo de longo prazo de união política. O processo de integração europeia é, portanto, cada vez mais baseado em uma política de

efeitos colaterais. Isso explica a impressionante tendência dos atores políticos na União Europeia a estabelecerem negociações. Além disso, os altos riscos associados às decisões “históricas” (para o mercado interno, a união monetária, a ampliação), tendo em vista o interesse de continuar o processo de integração são, geralmente, negligenciados. A supressão do risco retórico e o compartilhamento de risco oculto também são consequências diretas deste tipo de abordagem.

A CRISE DE AMPLIAÇÃO É RESULTADO DO FOSSO DE PROSPERIDADE ENTRE A EUROPA OCIDENTAL E ORIENTAL

A assim denominada ampliação para o leste demonstrou ser uma oportunidade histórica para a União Europeia, mas em médio e longo prazo converteu-se em um fardo pesado. A reunificação política do continente europeu e, portanto, o fortalecimento do peso político global na Europa, a expansão do mercado interno e a modernização econômica e social dos países que aderiram pertencem à história de sucesso da ampliação em direção ao leste. A disparidade de riqueza entre a Europa Ocidental e a Oriental tornou-se uma divisão interna problemática do espaço social europeu. Contudo, a União Europeia possui opções bastante limitadas para contrapor medidas compensatórias. Além disso, o conflito se intensificou a respeito da distribuição dos recursos financeiros da UE. Finalmente, uma super taxação do sistema de gerenciamento e tomada de decisão supranacional criado de forma significativa para menos de 27 estados ameaçou bloquear o sistema. Com a multiplicação do número de países aderindo à UE, as possibilidades de vetos também se multiplicaram, especialmente à medida em que a influência dos interesses nacionais aumentaram tanto nos Estados-Membros antigos quanto nos novos. De um modo geral, a expansão rumo ao leste colocou em risco a capacidade política e institucional da União Europeia.

PAÍSES CANDIDATOS OU POTENCIALMENTE CANDIDATOS

As adesões relacionadas à assim chamada ampliação oriental demonstram que as fronteiras definitivas da União Europeia ainda não se fecharam. Um problema em particular é a integração dos países dos Balcãs (Sérvia, Bósnia -Herzegovina, Montenegro, Kosovo, Macedônia e Albânia). É praticamente

impossível negar que pertençam à Europa, mas tratam-se de estados ainda não suficientemente consolidados, e os conflitos étnicos em muitos lugares dificultam a estabilização política. Mas espera-se que a associação à União Europeia aumente dos atuais 28 países para um total de 34.

Os países do sul do Leste Europeu estão no topo da lista das futuras adesões. Neste caso, estes países encontram-se em diferentes estágios de maturidade em seu caminho rumo à adesão à UE. Em dezembro de 2005, embora a Comissão Europeia tenha dado à Antiga República Iugoslava da Macedônia o status de país candidato, as negociações para a adesão ainda não foram iniciadas.

Todos os outros países dos Balcãs Ocidentais são potenciais candidatos: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Sérvia (incluindo o Kosovo, segundo a resolução UNSCR 1244 do Conselho de Segurança da ONU). A UE considerou repetidamente a associação dos países dos Balcãs Ocidentais no nível político mais elevado, desde que estes cumpram os critérios de adesão. Contudo, a ampliação da União Europeia para a associação de países candidatos (Turquia e Macedônia) e potenciais candidatos (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Kosovo) por ora consiste em uma ação para o futuro distante.

OS LIMITES DA EXPANSIBILIDADE

A expansão da União Europeia possui limites em termos de sua expansibilidade. Ela se destaca por uma ruptura com o padrão de desenvolvimento em círculos concêntricos do passado. O núcleo rico do mecanismo atual de garantia gradual também está sendo colocado em questão. O fim das ampliações pela adesão de Estados à União com base em um caráter presumido da Europa como espaço geográfico encontra-se à vista. Desde 2004, aproximadamente, a União tenta, portanto, efetuar a expansão sem adesões. Dessa forma, o programa da Política Europeia de Vizinhança (PEV) foi desenvolvido. A oferta atual da UE à sua periferia é: diversos auxílios políticos e econômicos – mas sem futura adesão (automática) à UE. Hoje, é claro, está em aberto o modo como as relações entre a União e os países vizinhos desenvolverão perspectivas de longo prazo baseadas em ofertas reduzidas.

A UE iniciou conversas formais com a Turquia em Outubro de 2005. As negociações foram suspensas parcialmente em dezembro de 2006 por-

que a Turquia se recusou a abrir seus portos para Chipre, membro da UE. A UE está insatisfeita com o ritmo das reformas na Turquia: quanto ao tema da liberdade de expressão, a Comissão referiu-se particularmente ao controverso código penal turco 301 (“insultar a identidade turca”). Isto teria que ser revogado ou sofrer uma emenda. Era “inaceitável” que críticos, escritores e acadêmicos pudessem ser perseguidos politicamente em uma democracia europeia. Segundo vários Relatórios de Progresso desde 2007, outras melhorias são necessárias na reforma judiciária, na luta contra a corrupção, por mais direitos das mulheres, crianças e sindicatos, mais direitos culturais, bem como o controle das forças de segurança. Em função do “tumulto político”, as reformas desaceleraram. Acima de tudo, a Comissão Europeia temia que grupos não-muçulmanos ainda permanecessem em muita desvantagem. Enaltecia-se, contudo, a instituição das eleições parlamentares, quando as crises políticas e institucionais da Turquia tivessem sido suplantadas e, nas eleições, que todos os padrões democráticos tivessem sido atendidos.

Bruxelas dá notas baixas à Macedônia, Montenegro e Albânia. O ritmo das reformas nestes países é lento demais. Com relação à Macedônia, a Comissão da UE espera que o país efetue melhorias significativas em sua capacidade administrativa e na luta contra a corrupção. Na Macedônia, as tensões políticas teriam atrasado as reformas. Desde Bruxelas, a UE tem encorajado os políticos na Macedônia a ter um diálogo político construtivo. Na Albânia, um “forte clima de confronto” ainda predomina, segundo o relatório da Comissão.

Na Bósnia-Herzegovina, líderes muçulmanos, croatas e sérvios continuam a se reunir sem realmente perdoar ou tolerar uns aos outros. O país ainda está muito longe de ser um estado democrático.

A Sérvia ainda não entregou todos os suspeitos de crimes de guerra ao Tribunal Penal Internacional de Haia. Os partidos políticos na Sérvia ainda estão profundamente divididos, atrasando assim a implementação das reformas necessárias. Esforços adicionais devem ser realizados na área da democratização e na aplicação da lei, especialmente a necessidade de se combater a corrupção. Dez anos depois da guerra no Kosovo, a Sérvia se candidatou à adesão à UE, em dezembro de 2009. A questão do Kosovo talvez se comprove como um dos maiores obstáculos no caminho rumo à UE, já que encontra-se em desacordo com as regras da UE. Até agora, 22 membros da UE reconheceram o Kosovo como um estado soberano.

PERSPECTIVAS

Já no início da segunda década do século 21, a União Europeia está enfrentando desafios inesperados, sem ter superado completamente as crises expansistas e constitucionais anteriores. A crise financeira e econômica de 2008/09 e especialmente a crise do euro em 2011 demonstraram que a UE não está suficientemente preparada para o gerenciamento de crises internacionais. Ela não tem os recursos financeiros necessários para colocar em prática programas eficientes de gerenciamento de crises. Pela primeira vez, as fraquezas e os riscos da união monetária europeia tornaram-se evidentes. Eles estão relacionados ao fato da Europa possuir uma área de moeda menos que ótima em decorrência da heterogeneidade de sua economias e do mercado de trabalho europeu subdesenvolvido. Além disso, falta um governo econômico central no âmbito europeu. Nas crises econômicas europeia e global, a União Europeia emerge, assim, como um ator bastante fraco. Ela é dominada pelos estados individuais, que estão tentando combater as causas e as consequências de crises econômicas no âmbito nacional e seguindo os interesses de seus próprios mercados em primeiro lugar. Isso expressa uma tendência de longo prazo da pouca capacidade de influenciar preferências nacionais até mesmo na UE. Até mesmo as decisões “históricas” para se obter a união monetária e a introdução do euro e a expansão da UE para o leste, sem contar os desenvolvimentos da Política Externa e de Segurança Comum, foram iniciados e implementados principalmente pelos governos dos Estados-Membros. Isso provocou uma tendência à perda do poder da Comissão supranacional.

Mas os grandes desafios da sociedade contemporânea, como o encolhimento demográfico, a conversão dos sistemas de segurança social e a expansão dos sistemas educacionais, entre outros pontos, provocam dúvidas sobre a importância da política europeia em relação às reformas necessárias nos dois âmbitos, o nacional e o europeu, simultaneamente. Sob essas condições, as expectativas dos cidadãos são cada vez mais redirecionadas no nível nacional com suas habilidades para a política social bem como para saúde e educação.

Novamente, no início do século 21, a União Europeia encontra-se, portanto, em uma situação onde é solicitada a reconsiderar suas ordens e princípios norteadores básicos. Isto suscita a questão quanto a ser melhor que a Europa se desenvolva como um estado federal europeu ou se é melhor focar nas competências essenciais e permanecer como uma associação de objetivos econômicos.

cos. Apesar das dificuldades encontradas, a “aventura europeia” é um projeto, um desafio que extrai força das suas experiências de possíveis fraquezas. Por que isso acontece? Vamos analisar brevemente dois princípios inspiradores da trajetória europeia até agora.

PERSISTÊNCIA

Este princípio se reflete na definição de objetivos e sua projeção em programas de ações. Esses objetivos e ações procuram estabelecer políticas, paz interna e externa, e bem-estar social através do desenvolvimento econômico. Esta proposta ganha contornos precisos após 1945, mas já demonstra sinais claros de persistência desde o século 18.

A ideia da Europa e sua história intelectual entre os europeus indicam um pensamento persistente com vistas à construção de uma entidade política e ideal que ajuda a superar os séculos sofridos de fragmentação do quadro europeu. Rousseau, em sua obra *Jugementsur le projet de la paix perpétuelle* (1761), afirma que a ambição de expandir territórios e aumentar o poder é incompatível com um projeto federal. A mesma ideia de federação também se encontra em Immanuel Kant. Sua obra *A paz perpétua* (1795) apresenta a proposta de uma “organização federal na Europa com estados Republicanos”, fundadora e preservadora da paz, baseada em duas ideias básicas: a) a constituição de cada estado deve ser republicana (no sentido democrático) e b) o direito internacional deve estar baseado em um federalismo de estados livres (que anunciará a integração por adições sucessivas, a princípio, em termos de autonomia de estado e soberania).

A experiência de duas guerras mundiais, sendo as duas foram iniciadas na Europa – é importante lembrar – é o que inspira a posição de Winston Churchill, cujo famoso discurso em Zurique em 19 de setembro 1946 apresenta o projeto de paz europeu: “(re)criar a família europeia em uma estrutura regional que será denominada Estados Unidos da Europa”. Estes “Estados Unidos da Europa”, também mencionados por Konrad Adenauer, deveriam configurar uma organização regional das Nações Unidas e o estabelecimento do Conselho da Europa sob um sistema federal.

A transição da guerra “quente”, com término em 1945, para a guerra “fria”, que perduraria até aproximadamente o fim da década de 1980, é também a passagem do idealismo europeu para selar iniciativas direcionadas à integra-

ção do espaço na Europa Ocidental. A persistência dos objetivos e ações está rendendo frutos.

É durante o período da Guerra Fria, mais do que em qualquer outro, que a persistência do ideal de unificação europeia e sua estrutura institucional é reassegurada. As discussões foram intensas e repetidas. As crises políticas e militares distantes – a Guerra da Coreia e da Indochina – e próximas – o bloqueio soviético de Berlim e a dissolução belicosa da Iugoslávia, para citar alguns exemplos – ao invés de alimentar ventos contrários, evidenciaram consideravelmente a circulação da ideia de integração e coesão. O discurso de Robert Schuman em 9 de maio de 1950 representa o primeiro passo de práticas graduais e funcionais, e também concretas, marcadas por perseverança que caracterizam todo o período de ações de tomada de decisões europeias até hoje. Um processo que sofre interrupções e tensões, mas que – até o presente – não retrocedeu em nem um único passo.

PERSEVERANÇA

O processo de integração da UE, portanto, é iniciado de verdade na década de 1950. O tratado de Vestefália (1648) e de Viena (1815), bem como o de Versalhes (1919), são mantidos inicialmente, pelo menos em teoria, bem como o respeito pela soberania dos Estados. O equilíbrio intergovernamental começa a ser gradualmente desenvolvido por uma lei internacional pública modificada, na qual a rigidez doutrinária da versão de soberania completa – independentemente do poder militar, político ou econômico de cada país – poderia ser suavizada ao olhos dos políticos responsáveis por gerenciar a reconstrução, sem representar nenhuma redução ou subordinação. Nesta perspectiva, o caminho para a tomada de decisão requer perseverança. As mudanças políticas e jurídicas se estendem por mais de cinquenta anos, ainda que o ritmo não permanecesse o mesmo o tempo todo. Mas a persistência dos ideais devem ser acompanhados por atos de perseverança.

A eficácia da instituição supranacional (ou mais de uma instituição, pelo menos em vigor até 1992), a igualdade dos Estados, a decisão por maioria, a transferência de competência (sem voltar atrás, já que não há uma mera delegação transitória), a escolha de setores estratégicos de atividade com desenvolvimento autônomo – ações aparentemente simples, mas de grande complexidade política e especialmente perseverança cuidadosa, considerando-se o

caminho árduo de seu desenvolvimento –, todas representam um valor político e estratégico para a União. É, contudo, no contexto destas últimas ações e de sua recuperação regular que se dará a maior transformação institucional em estados contemporâneos desde a disseminação da democracia liberal e do modelo de integração regional de mais sucesso no mundo moderno. As inações de perseverança associadas à persistência de objetivos provocaram a emergência das primeiras comunidades europeias na então década de 1950, e a partir daí conduziram o processo de construção da comunidade.

Foram realizadas ações de longo prazo, colocadas em perspectiva igualmente de longo prazo, constituindo, portanto, expressões de perseverança: a reconciliação franco-germânica, a reconciliação germano-polonesa, o co-governamento de indústrias de base, a convergência política de democracia, direitos e liberdades, entre outras. Tais ações contribuíram e ainda contribuem para a jornada existente de superação de ligações políticas, econômicas e culturais com muitos séculos de existência e práticas hostis nas fraturas europeias. Sem este aperfeiçoamento, não é possível haver uma Europa unida. A federação das nações europeias, de acordo com o pensamento de Shuman, colocava o momento de fundação na Europa Ocidental.

A experiência cumulativa das gerações de 1914-18 e 1939-45, porém, não permitiu que os protagonistas da “hora zero” da comunidade nutrissem ilusões ou expectativas de integração em um processo demasiadamente otimista. Seria uma ingenuidade esperar que uma construção tão complexa e multifatorial quanto a União Europeia seguisse uma trajetória (relativamente) homogênea como um estado unitário tradicional (como os Estados Unidos e cada um dos seus “grandes” estados membros, como a França e a Grã-Bretanha no passado).³ Teria sido também igualmente ingênuo considerar que a construção (e especialmente a operação) de um “clube” com 28 estados membros, marcados por histórias comuns e incomuns, obedeceria automaticamente às mera injunções formais das instruções normativas dentro do contexto do aparato político ou jurídico. Se o Euro-otimismo pode parecer ser um *bon enfant*, o Euroceticismo é anacrônico e ilusório. O primeiro tem a vantagem óbvia da integração europeia de uma forma que não deve ser comparada com as hegemonias nacionalistas do século 19, tampouco com a hegemonia econômica e

3 Ver Martins, Estevão C. de Rezende. Parcerias intraeuropeias: 50 anos do Tratado do Eliseu (1963-2013). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, p. 60-84, 2013.

comercial de “impérios” fora de época, que sobrevivem (de forma ilusória) no século 20, como o britânico ou o francês. O segundo pode significar nada mais do que uma nostalgia saudosa de uma possível glória herdada de um passado idealizado. Durante a campanha pelas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2014, ameaças neonacionalistas foram novamente brandidas. De um modo geral, trata-se de muito barulho por nada. Isso parece ser, uma vez mais, um caso de questões políticas domésticas que contaminam o espaço da União Europeia, sem que a política, a administração e os objetivos da União tenham sido conhecidos, discutidos, examinados e pesados de forma eficaz. Portanto, a prudência, tanto por parte dos indivíduos quanto por parte dos governos ou estados, constitui um tipo de terceiro princípio norteador: ontem, assim como hoje ou amanhã.

ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS · Professor titular de Teoria da História e História Contemporânea da Universidade de Brasília desde 1977. Estudos de Filosofia e História em São Paulo, Innsbruck, Munique e Paris. PhD (Munique, 1976). Dedica-se à teoria e à metodologia da ciência da História, à História Europeia e à História das Relações Internacionais contemporâneas. Livros e artigos científicos publicados no Brasil e no exterior (Portugal, Espanha, França, Áustria, Alemanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, México, Polônia, Rep. Checa, Hungria). Professor visitante em diversas universidades brasileiras e estrangeiras.